



PATRIMONIO E SUSTENTABILIDAD: A TRAJETÓRIA DO IPHAN

LUIS FERNANDO DE ALMEIDA
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasil

Bom dia a todos. Eu tenho algumas pretensões com a minha fala. A primeira é ser muito sintético. A segunda, estabelecer uma relação entre a experiência brasileira de gestão de uma instituição de patrimônio cultural e a Convenção do Patrimônio Mundial. A terceira e última, ser provocativo. No Brasil, nós usamos a expressão “não chover no molhado” para nos referirmos à tentativa de dizer algo que signifique um passo adiante, no caso, na aplicação da Convenção de 1972.

Eu vou a começar falando um pouco das singularidades do Iphan com a perspectiva de que faça sentido para essa nossa discussão sobre a relação entre patrimônio e desenvolvimento sustentável. Ao contrário do que aconteceu em outros países, a política de patrimônio que começou no Brasil há 75 anos, com a criação do Iphan, foi formulada por intelectuais modernos, que não estavam ligados a uma idéia romântica de passado, mas que partiam do princípio de que viaia uma possibilidade de conciliação entre preservação e construção do futuro. Era possível, ao mesmo tempo, por exemplo, conservar Ouro Preto e construir uma cidade moderna, ou seja, conciliar a arquitetura moderna com a cidade antiga. Essa é, a meu ver, uma das questões centrais ainda hoje da política do patrimônio: ser capaz de, simultaneamente, preservar o passado e construir o futuro. Acho que é nesse ponto que se encontra a primeira noção de sustentabilidade dentro da aplicação da política de patrimônio. O segundo ponto singular de criação do Iphan e da experiência brasileira é que a instituição começou suas ações a partir de uma visão muito ampla do que é o patrimônio cultural, incluindo não somente patrimônio monumental, arquitetônico, paisagístico, o patrimônio das artes aplicadas, ou seja, com uma visão de patrimônio generalista e ampla. Apesar de ter sido a concepção inicial, na prática a política de

patrimônio não se desenvolveu da maneira como havia sido imaginada, principalmente, porque, naquele momento, entre os anos 1930 e 1940, não havia legitimidade para uma política de Estado que trabalhasse com as artes populares, que trabalhasse para além de uma idéia de monumentalidade. Mas, essa visão mas ampla permaneceu como um princípio geral de formação e da organização do Iphan.

Na verdade, em minha opinião, essa concepção tem obtido resultados, na medida em que se constrói uma idéia de identidade nacional, rompendo com a divisão entre aquilo que havia sido o Brasil colonial e o que será o Brasil republicano. Há uma idéia que foi desenvolvida em cima das ações do Patrimônio no Brasil, entre os anos 1930 e os anos 1940, resolveu um problema presente nos países que viveram processos coloniais similares.

Essa construção ideológica chegou a uma situação em que os princípios de suas formulações se consolidaram até se depararem, nos anos 1960 e 1970, como outra em que ficou cada vez mais claro que uma ação de preservação do patrimônio, por si só, não conseguiria resolver todos os problemas que se colocavam dentro de uma visão mas geral. Sendo um pouco mais específico: numa cidade como Ouro Preto quando o Iphan instituiu a preservação de seu centro histórico nos anos 1930, a ideia era proteger aquilo que é o casco histórico da cidade e também toda a ambiência da cidade, todas as montanhas ao seu redor. O centro histórico de fato está preservado, mas a política de patrimônio foi incapaz de resolver os problemas de ocupação irregular, da ausência de planejamento. Ouro Preto sofreu um processo de industrialização com a recuperação da mineração nos anos 1950 e 1960, e o Patrimônio não foi capaz de conceber o que seria a construção dessa nova cidade, o que seria o surgimento dos novos bairros populares da cidade, o

A política de patrimônio que começou no Brasil há 75 anos, foi formulada por intelectuais modernos

Salvador de Bahia, Brasil,
Foto: Archivo DPM,
INAH

que significou, na verdade, um limite para sua ação, e nos permitiu constatar que só a política de patrimônio era insuficiente para enfrentar os problemas do desenvolvimento urbano.

Acho que esse é um ponto de inflexão sobre a relação entre patrimônio e sustentabilidade. Essa questão não está ligada somente às políticas de patrimônio. Acredito que o grande salto conceitual, que aconteceu principalmente a partir dos anos 1980, foi entender que o conceito de patrimônio não estava mais somente vinculado a uma idéia de excepcionalidade, que estava ligando à idéia de direito à cidadania e à de que, onde houvesse pessoas, onde houvesse gente e houvesse terra, haveria de existir uma política de patrimônio. Foi, então, rompida a Idea de excepcionalidade, de uma instituição de patrimônio como mera gestora das cidades históricas para se pensar na Idea de patrimônio como um direito. Todo o território, independente de sua singularidade, tem direito e deve ter uma política de patrimônio. Então, a ação da instituição deixa de estar localizada em pontos específicos do território e passa a abranger a sua globalidade. Deixa de fazer a gestão somente dos sítios históricos, por exemplo, e passa a ser uma instituição que estimula a formulação de políticas de patrimônio nos estados, nos municípios, para promover o fortalecimento da sociedade civil. Obviamente, essa é uma visão conceitual, mais anda não conseguimos ter a estrutura necessária para sua efetivação em todo o território nacional.

De certa maneira, portanto, a história do Iphan e os problemas que a instituição enfrenta são paralelos a essa discussão que se coloca para nos hoje sobre o significado de patrimônio e sustentabilidade. Eu tenho a impressão de que no debate atual, talvez inadvertidamente, trabalhamos o conceito de sustentabilidade como uma abstração, no sentido de que há outra dimensão que a

nossa política deve ter e não tem. Para mim, o desenvolvimento sustentável é a nossa própria política, o que não deixa de ser uma idéia romântica, como fosse possível apagar as nossas pegadas, como se nós pudéssemos compensar a maneira como estabelecemos a nossa relação com o território. Eu acredito que para romper essa visão, é preciso abandonar a idéia de que essa questão é abstrata e trabalhar naquilo que está dentro da nossa governabilidade. O problema da sustentabilidade é a sustentabilidade das políticas que nós fazemos. Ou seja, o problema das borboletas, o problema do peixe, o problema do cedro, não é o cedro, não é o peixe, mas é a política pública que é feita sobre a gestão territorial e a gestão da relação do homem com a natureza. Então, se nós estamos num processo de evolução em que, cada vez mais, a política pública de patrimônio tem que ser transversal, é preciso romper com a sua setorialidade. Para que isso ocorra é necessário cada vez mais, a trabalhar com a idéia de território. A base é o território. Esse processo está acontecendo dentro das políticas públicas dos Estados-Parte. Uma parcela significativa deles e suas instituições de patrimônio estão se deparando com esses problemas. O fenômeno se percebe e uma dissociação, sob o ponto de vista conceitual, da Convenção do Patrimônio estabelecida há quarenta anos, e como se dão hoje o problema e a gestão de patrimônio nos Estados-Parte. Atualmente, outros conceitos substituem a noção de excepcionalidade, mas a Convenção de Patrimônio permanece ligada a essa Idea. Então, tal vez essa seja uma das questões mais importantes a ser discutida. Ou a Convenção é um instrumento para efetivar políticas dentro dos países ou é apenas a estruturação de uma de uma burocracia que é, na verdade, autofágica. Acredito que essa situação decorre, de certa maneira, da forma como tem sido feita a gestão de Convenção. Vale salientar

**Todo o território,
independente de
sua singularidade,
tem direito e deve
ter uma política de
patrimônio**

que não estou afirmando que o modo como o Centro de Patrimônio Mundial faz isso e responsável, porque do meu ponto de vista, o Centro de Patrimônio Mundial, trabalha a partir de determinações dos Estados-Parte. Mas, eu acredito que a maneira como tem sido construída a gestão do Patrimônio Mundial e do patrimônio dentro da UNESCO precisa ser alterada.

Eu vou a mostrar alguns indicadores daquilo que imagino que deva ser mudado. Primeiro, nós não podemos estabelecer indicadores de que a política de patrimônio nos países esteja ligada à quantidade de bens inscritos na lista de Patrimônio Mundial, porque isso reflete uma visão de construção de identidade nacional e de patrimônio já superada e xenofóbica, contrária a um desejável rompimento de barreiras no

sentido do bem comum. Então, a grande questão que está colocada hoje para a política de patrimônio dentro da UNESCO, que é uma instituição que interessa aos países, e reconstruir a maneira como se concebe e como se trabalha a ideia de patrimônio nos próprios países.

O que importa na Convenção não quantos são os bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, quantas são as excepcionalidades, que são sempre estabelecidas a partir de critérios ideológicos. O que importa e que tenhamos políticas de patrimônio inseridas nas políticas centrais dos países, estabelecendo estratégias de ocupação do território e atribuindo legitimidade as suas políticas, para que sejam capazes de contribuir na construção de uma sociedade melhor, mais equilibrada e mais justa. Reitero

O que importa e que tenhamos políticas de patrimônio inseridas nas políticas centrais dos países

Ouro Preto,
Brasil, Foto: Archivo
DPM, INAH



**Cooperação
internacional é
fundamental para
estabelecer a idéia
do bem comum**



Salvador
de Bahia, Brasil,
Foto: Archivo DPM,
INAH

que uma das questões centrais da discussão sobre a revisão da Convenção, nesses quarenta anos, são a idéia de excepcionalidade do Patrimônio Mundial e o restabelecimento da relação da Convenção com o que acontece hoje dentro de cada País-membro. Parte do desconforto que percebe nas reuniões do Comitê do Patrimônio Mundial está ligada exatamente a esse paradoxo: a idéia da excepcionalidade de um bem como afirmador de uma identidade nacional reflete um contrassenso à idéia de patrimônio comum, um contrassenso a uma efetiva política de patrimônio mundial. Outra dimensão importante para nossa reflexão deve considerar que essa Convenção, após quarenta anos, tem gerado pouca cooperação internacional. Cooperação internacional é fundamental para estabelecer a idéia do bem comum. Se nós queremos conceber o patrimônio, não como afirmador de identidade, porque isso gera xenofobismo, o fundamental é a cooperação e minimizada dentro das outras ações porque, na verdade, infelizmente, a própria autografia da Convenção inviabilizou essa possibilidade ali prevista. É um problema de gestão.

Ao falar de sustentabilidade, nós não podemos visar o outro. A primeira questão que está colocada é a sustentabilidade da própria política e, no meu ponto de vista, a política de patrimônio constrói por sua própria natureza transversal e pela idéia do bem comum, a possibilidade de que essa discussão ocorra em outras bases. Devemos, portanto, voltar aos princípios da Convenção. Nós precisamos repensar: por que a fizemos? O que queremos com a Convenção = No meu ponto de vista, nós queremos é que os países tenham políticas de patrimônio eficientes e que os países protejam seu patrimônio, mas a idéia de patrimônio não pode mais se assentar apenas na excepcionalidade. A idéia de patrimônio deve ser construída de modo a ressaltar o patrimônio popular, o patrimônio

monumental, o patrimônio ambiental, ou seja, patrimônio e a relação histórica que nós construímos com o território. Então, nós precisamos repensar que papel a Convenção pode desempenhar para a cooperação entre os países e pensá-la como um instrumento e não como um fim. O problema não é ter um local simplesmente eleito como Patrimônio da Humanidade. O problema é que inclusão de um local entre os bens do Patrimônio Mundial deve ser o resultado de um exercício de cooperação exemplar na nossa relação como o território, com a comunidade internacional, num reconhecimento de que habitamos o mesmo planeta. O que aconteceu nos últimos vinte anos é que as políticas ambientais se transformaram em políticas que dialogam com toda a sociedade global e as políticas deixaram de fazê-lo porque deixaram de, lá na origem, como princípio, problematizar as suas questões. Então, o problema do patrimônio hoje é repensar seus primeiros critérios, as primeiras questões que nos levaram a criar essa Convenção. Eu espero que tenha conseguido fazer uma provocação. ❁

A idéia de patrimônio deve ser construída de modo a ressaltar o patrimônio e a relação histórica que nós construímos com o território

Encuentro de Especialistas en Patrimonio Mundial y Desarrollo Sustentable

